

ANJ

 ASSOCIAÇÃO
 NACIONAL DE JORNALIS

IVZ

 INSTITUTO VERIFICADOR
 DE JORNALIS

 SISTEMA ATRIBUNA
 DE COMUNICAÇÃO


121 ANOS

ATRIBUNA

 FUNDADA EM 26 DE MARÇO DE 1894
 M. Nascimento Jr. (1909-1959)
 Giusfredo Santini (1959-1990)
 Roberto Mário Santini (1990-2007)

MARCOS CLEMENTE SANTINI
 Diretor-Presidente

ROBERTO CLEMENTE SANTINI
 Diretor-Vice-Presidente

RENATA SANTINI CYPRIANO
 Diretora de Marketing

FLAVIA CLEMENTE SANTINI
 Diretora de Circulação

PAULO NAEF
 Diretor-Superintendente

CARLOS CONDE
 Editor-Chefe

MÁRCIO DELFIM LEITE SOARES
 Gerente Comercial e Marketing

MARCO ANTONIO DA COSTA
 Gerente Industrial

Planejamento estratégico

Coordenado pela Agência Metropolitana da Baixada Santista (Agem), foi desenvolvido o Plano Metropolitano Estratégico da Baixada Santista. O trabalho fez amplo diagnóstico da situação regional, com as principais demandas, o que permitiu traçar cenários que chegam até 2030.

É um estudo aprofundado e completo, que exigiu 142 reuniões, e para o qual foram compilados 105 documentos estratégicos. Experiências de outras regiões metropolitanas brasileiras e do exterior foram utilizadas para comparação e referência. O objetivo principal foi traçar estratégias de desenvolvimento, em quatro eixos temáticos: habitação, mobilidade, saneamento e desenvolvimento econômico. O levantamento apresenta 236 objetivos a serem alcançados, com 32 orientações de planejamento nos quatro eixos, 23 projetos estruturantes, 47 ações e 77 programas públicos e privados para os nove municípios.

As necessidades até 2030 são grandes: produzir 100.000 novas unidades habitacionais; reduzir o tempo de viagem no sistema regional de transporte coletivo em 20%; dotar de saneamento básico 80.000 domicílios localizados em assentamentos precários; implantar coleta seletiva e reciclagem de resíduos em todos os municípios; e gerar 170.000 novos postos de trabalho, além de viabilizar investimentos da ordem de R\$ 9 bilhões a cada ano.

Na área da mobilidade, há projetos em andamento, como o túnel Santos-Guarujá e o Veículo Leve sobre Trilhos

– VLT e as avenidas perimetrais no Porto, e outros sendo propostos, como a nova descida da Serra, a partir do Rodoanel Leste, e o Transporte Rápido por Ônibus (BRT). O maior desafio, entretanto, está provavelmente na área da habitação. O plano propõe a construção entre 63.469 e 116.383 unidades até 2030 para equacionar o déficit atual e a demanda futura de habitações para a população de baixa renda. Faltam áreas disponíveis e são exigidos vultosos investimentos.

Há também metas a cumprir quanto ao abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. O plano tem como diretriz básica atender toda a população regional até 2030, incluindo moradores de assentamentos precários. E somente haverá avanços reais no desenvolvimento regional se o crescimento for distribuído e estendido a todas as cidades, de modo homogêneo.

O plano tem um mérito indiscutível: reunir em documento único a situação atual, as necessidades e potencialidades regionais. O fundamental é que ele seja posto em prática, com a integração das políticas e ações locais, tanto públicas como privadas. É preciso que os prefeitos reconheçam nele um instrumento valioso de planejamento, pautando as ações de suas administrações pelos eixos e programas estabelecidos. Cabe à AGEM coordenar, supervisionar e monitorar o processo e promover, ao longo do tempo, as revisões e atualizações necessárias.

Debate produtivo

Um tema vem tomando corpo no País: a necessidade de aumento da produtividade nacional. Sem aumentos substanciais e significativos da produtividade da economia não será possível ao Brasil convergir para padrões de vida da população dos países mais ricos do mundo.

Produtividade, em sentido amplo, é a expressão da eficiência de qualquer negócio. Constitui o resultado daquilo que se produz, exprimindo a relação entre os meios utilizados e o produto final. Pode-se dizer ainda que aumentar a produtividade é atingir melhores resultados com os recursos disponíveis, sem utilizar mão de obra adicional ou mais insumos. Produzir mais no mesmo tempo, em síntese.

É evidente que crescer a produtividade é objetivo de qualquer empresa. Seu sucesso – e lucros correspondentes – depende disso. Trata-se, portanto, de um esforço permanente de racionalizar os processos produtivos, eliminar perdas e desperdícios, desenvolver novos métodos e técnicas.

A produtividade engloba duas dimensões: uma que envolve o nível individual e outra que remete ao ambiente macroeconômico. No plano dos trabalhadores, é saudável e interessante torná-los mais eficientes e produtivos. Não se trata de superexploração, cuja consequência será o inverso do desejado, pela exaustão e estresse. Ao contrário, a ideia é a da qualificação e treinamento da mão de obra, indispensável em tempos atuais, nos quais a tecnologia é fator essencial na produção de

qualquer bem ou serviço.

Qualquer plano de aumento de produtividade passa, portanto, por educação. Mas a qualidade de vida é também essencial: um trabalhador que leva horas para chegar ao emprego utilizando transporte público de péssima qualidade, e que não encontra um ambiente de trabalho adequado, dificilmente conseguirá dedicar-se e produzir no ritmo desejável.

No plano macroeconômico, avanços de produtividade são obtidos com a melhoria da infraestrutura. Transportes, comunicação, energia são exemplos disso. O Brasil, com suas rodovias precárias e em péssimo estado, e a inexistência de ferrovias e hidrovias suficientes para escoar a produção, não conseguiu sair da incômoda posição que ocupa no ranking da produtividade mundial. Segundo o Fórum Econômico Mundial, o País caiu 8 postos na classificação de produtividade 2013-2014, ficando na 56ª posição entre 144 países. É um resultado melhor do que a competitividade da economia nacional, mas ainda bem atrás de países como Chile, Panamá, Costa Rica e México.

São necessárias reformas estruturais para romper esse quadro, eliminando gargalos e aumentando os investimentos. Nesse sentido, o País precisa de um pacto urgente para aumentar a produtividade. Esse é um tema que deve interessar e motivar a todos: governo, empresas, trabalhadores, já que os ganhos serão generalizados e amplos.

Do leitor

As cartas enviadas à Tribuna do Leitor devem conter nome, endereço, telefone e RG. O tamanho dos textos não pode ultrapassar 900 toques, incluindo os espaços. As cartas que não obedecerem esta orientação serão desconsideradas, bem como e-mails anexados.

E-MAIL
 leitor@atribuna.com.br

ATENDIMENTO AO LEITOR
 Telefone: 0800-727 7710

REDAÇÃO
 Rua João Pessoa 129, 3º andar, Centro Santos,
 São Paulo. CEP 11013-900

Mau exemplo

Trafegando pela Avenida Francisco Manoel, ao lado da Santa Casa, no sentido Canal 1, o motorista da viatura da CET- Santos, de placas FDN-5027, não se intimidou em fazer uma conversão à esquerda, na Avenida Waldemar Leão, local em que existe uma enorme placa indicando a proibição, e bem em frente ao Distrito Policial. Eram 10h15, do dia 22 de maio. Fatos como esse depõem contra algumas regras antigas, atualmente em desuso (principalmente pelos políticos), dentre elas a de que “educação vem de berço” e “o exemplo vem de cima”.

ALBERTO BARDUCO - SANTOS

Discurso dos sem teto

Impressionante o discurso retrógrado do coordenador do Movimento dos Sem Teto recentemente dado à imprensa. No ideário deles, o Governo deve intervir regulando o setor imobiliário privado – por ser este o maior vilão da especulação imobiliária – tanto quanto no mercado e segmento do inquilinato (o outro vilão). Outro argumento usado é jogar a culpa na diferença das classes sociais e no grande latifúndio ao qual – ele esqueceu-se de dizer – alguém fez jus comprando e pagando os impostos referentes. Ele sugere, inclusive, que a desapropriação desses latifúndios, em estando ociosos, deverá se dar sem pagamento de indenização ao proprietário. Tirar a responsabilidade do Governo e repassá-la ao empresariado e às classes sociais é discurso de esquerda retrógrada.

O mercado não precisa de intervenção. Ele se autorregula. Basta que haja oferta de moradias populares em número suficiente, por parte do Governo, verdadeiro responsável pelo assunto e recolhedor de impostos para este fim. A especulação financeira vem, justamente, da falta de moradias.

LUCIENE B. NEVES - SANTOS

Santos e retrocesso



Será lamentável se a Prefeitura ceder à pressão totalmente absurda de músicos e compositores e donos de bares que querem trazer de volta o barulho, a anarquia sonora e a falta de respeito à absoluta maioria da população que tem que trabalhar e acordar cedo no dia seguinte. O movimento a favor do caos sonoro é uma agressão, um retrocesso, uma piada de mau gosto individualista. Nenhum dos geradores de barulho moram onde infernizam a

vizinhança. Os donos de bares têm suas residências bem longe, idem os tais músicos e até os frequentadores que passam a noite gritando feitos cachorro atropelado com suas cervejinhas na mão. Se a Prefeitura for levada na conversa fiada desses donos de bares e pseudo músicos será uma derrota para toda Cidade. Ninguém é obrigado a compartilhar o barulho dos bares. Eles que fiquem surdos sozinhos.

OCTAVIO TROVADOR - SANTOS

>>A cidade de Santos já está uma bagunça imobiliária, no trânsito, saúde, segurança etc, agora, os donos de bares pedem para mudar a Lei de Uso e Ocupação do Solo a fim de que sejam permitidos som ao vivo e mesas e cadeiras nas calçadas. Será que a prefeitura e seus vereadores agora não deixarão mais seus municípios dormir e também não mais caminhar pelas calçadas? Era só o que faltava para a qualidade de vida nesta cidade cair ainda mais.

HENRIQUE M. C. CRUZ - SANTOS

Jardim Botânico

Qual a explicação que Prefeitura teria para as obras que estão sendo executadas no Jardim Botânico? As reformas estavam com previsão de término para dezembro/2012 e hoje estão praticamente paradas. A Prefeitura poderia liberar o acesso à outra metade do parque, pois muitos utilizam o referido local para caminhadas, que desde 2012 esta com 50% do espaço interditado.

SÍLVIO RODRIGUES - SANTOS

Tribuna Livre

CÉLIO NORI - Coordenador do Fórum da Cidadania de Santos

A Estação da Cidadania é nossa

A Estação da Cidadania é uma referência e uma conquista da cidade de Santos instalada há oito anos nas dependências da antiga Estação Ferroviária Sorocabana, na Av. Ana Costa, esquina com a Av. Francisco Glicério.

O imóvel é tombado pelo Condepa como bem cultural de interesse histórico e arquitetônico. A resolução que determinou seu tombamento nº SC - 01/99, publicada em 22/06/99, assim se refere a este bem.

“O edifício da estação, construído no estilo neocolonial, além de inegáveis qualidades arquitetônicas, é um importante marco na paisagem urbana santista possuindo ainda grande valor histórico por ter servido durante décadas de porta de entrada da cidade para todos aqueles que chegavam do Litoral Sul, Vale do Ribeira e da Capital do Estado.

A estação, por sua importância e estratégica função econômica, foi inaugurada em 26 de abril de 1938, com a presença do presidente da República Getúlio Vargas, fato esse que por si só atesta o seu significado.

Por razões que neste contexto não cabem discutir, todo o complexo ferroviário da Sorocabana de Santos foi destruído (plataformas de embarque, casa da superintendência, pátio de manobras, armazéns e oficinas, restando apenas a Casa da Estação como último vestígio desse patrimônio público, que só se manteve em pé



graças à iniciativa da então vereadora Suely Morgado, que solicitou o tombamento da edificação junto à Câmara Municipal.

No entanto, tão importante quanto o tombamento é o uso a ser dado ao bem tombado. A partir de 2006 o Fórum da Cidadania, tendo em vista que o imóvel não estava sendo utilizado e já apresentava sinais de deterioração, solicitou ao Grupo Pão de Açúcar (proprietário do imóvel) sua cessão em comodato, que uma vez efetivada, propiciou ao local a nova denominação de Estação da Cidadania de Santos.

Com essa conquista, o local passou a se configurar como significativa referência da participação cidadã ativa, solidária e organizada e

igualmente como local de integração e disseminação de iniciativas voltadas à defesa de direitos de cidadania e ao interesse público, não apenas por parte do Fórum de Cidadania, mas também de múltiplas ONG-s, associações, movimentos sociais e outras entidades da sociedade civil, assim como de conselhos municipais e secretarias municipais, ressaltando-se que nos últimos dois anos cerca de 50 entidades desenvolveram atividades na Estação da Cidadania.

Pois bem, a Estação da Cidadania corre iminente risco de ser extinta, pela disposição do Grupo Pão de Açúcar em abrigar no local uma base comunitária da Polícia Militar, não obstante que a menos de 200 metros está instalada na Av. Francisco Glicério, entre a Av. Ana Costa e Canal 2, outra instalação dessa Corporação Militar.

Pelo contrato de comodato firmado em 2006, a devolução do imóvel deve ser precedida por um aviso prévio de 90 dias. Caso esse pedido se confirme, temos esse prazo para nos organizar e resistir para reverter tal decisão.

Desse modo, conclamando as autoridades municipais – prefeito e vereadores, bem como lideranças comunitárias e da sociedade civil e cidadãos que reconhecem a importância da Estação da Cidadania, que se unam e se integrem à luta pela manutenção desse espaço.

A Estação da Cidadania é uma conquista da Cidade. Vamos todos preservá-la!